

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA**

**MAYARA LOTTO NICOLA LIBANORI**

**A CONTEXTUALIZAÇÃO DA GRAMÁTICA EM SALA DE AULA:  
ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**CURITIBA  
2015**

MAYARA LOTTO NICOLA LIBANORI

**A CONTEXTUALIZAÇÃO DA GRAMÁTICA EM SALA DE AULA:  
ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, pelo Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra.. Margareth de Souza Freitas Thomopoulou

CURITIBA  
2015



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

**ALUNO: Mayara Lotto Nicola Libanori**

**Polo: Polo Jaú**

**TÍTULO DA MONOGRAFIA:**

**A contextualização da gramática em sala de aula: Análise de livro didático.**

Esta monografia foi apresentada às **9:00:00 AM h** do dia **3/5/2016** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no curso de Especialização em **Ensino de Língua Portuguesa e Literatura** da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, **Campus Curitiba**. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho:

<b>1</b>		Aprovado
<b>2</b>	<b>x</b>	Aprovado condicionado às correções Pós-banca, postagem da tarefa e liberação do Orientador.
<b>3</b>		Reprovado

Professora Margareth de Souza Freitas Thomopoulos

UTFPR – PR

(orientador)

Professor Márcio Matiassi Cantarin

UTFPR – PR

Professor Roberlei Alves Bertucci

UTFPR – PR

**OBS: O DOCUMENTO ORIGINAL ENCONTRA-SE ARQUIVADO NA SECRETARIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA.**

## RESUMO

LIBANORI, Mayara Lotto Nicola. **A contextualização da gramática em sala de aula: análise de livro didático**. Curitiba, 2015. 25 fls. Monografia. (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba, 2015.

Neste estudo, analisa-se como é abordado o conteúdo “verbo no tempo pretérito do modo indicativo”, em um livro didático voltado para o 6º ano do Ensino Fundamental. O que motivou a escolha desse tema foi a constatação de que, no ensino formal da gramática do português como língua materna, ainda há uma desconsideração da língua enquanto realidade multifacetada, falada por sujeitos de variadas classes sociais. Especialmente no âmbito da escola pública, há alunos que advêm de classes sociais economicamente desprestigiadas e não têm sua variedade linguística e seus bens culturais valorizados nas escolas. Objetivando contribuir para o aperfeiçoamento dos materiais didáticos e tendo como referencial teórico a visão linguística sobre o ensino da gramática normativa nas escolas (cf. SILVA, 2004, e BORTONI-RICARDO, 2005), as análises feitas evidenciaram que a apresentação do conteúdo em questão no material analisado aparece de maneira mecânica e desconexa com os usos dos falantes, o que reduz o ensino formal da gramática a meras reproduções de compêndios gramaticais.

**Palavras-chave:** Ensino de Gramática, Análise de livro didático, Pretérito do Indicativo.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
1.1 A LINGUA EM CONSTANTE MUDANÇA .....	6
1.2 NORMA E ENSINO .....	7
1.3 A GRAMÁTICA ENSINADA NA ESCOLA .....	8
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>10</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>14</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>16</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas aulas de português, observa-se que o ensino da norma culta, muitas vezes, é tido como prioridade, porém há que se considerar que a língua falada está em constante mudança, e estas são incorporadas lentamente pela modalidade escrita. Como exemplo dessa defasagem, observa-se o desuso do pretérito mais-que-perfeito sintético entre os falantes da língua portuguesa, conforme corroborado por Gonçalves (1993).

A evolução da língua, no entanto, nem sempre é acompanhada pela escola, gerando um distanciamento cada vez maior entre a língua estudada na escola e a língua utilizada de fato nas várias esferas sociais. A variação e mudança linguísticas são fatores que deveriam ser sempre contemplados no ensino de língua materna a fim de torná-lo mais eficaz, não dando a impressão de que a língua da escola é um outro idioma.

Em vista disso, por constituir uma classe de palavras fundamental para a construção de orações e, conseqüentemente, de textos, analisaremos, neste artigo, o conteúdo “verbo” em uma coleção de livros didáticos recomendados pelo PNLD (2014, 2015, 2016) de português. Por se tratar de tema amplo, selecionou-se para este estudo o tempo pretérito do modo indicativo. Especial atenção foi dedicada ao pretérito mais-que-perfeito, que está caindo em desuso tanto na língua falada como na escrita. A escolha dessa coleção se deu pelo seu destaque no atual PNLD e também por ser de fácil acesso.

Após considerações sobre a gramática normativa e o seu ensino, é feita breve análise de um dos instrumentos didáticos usados pela escola pública para ensiná-la, o livro didático, e, com base nas considerações sobre o desuso e a substituição do pretérito mais-que-perfeito por outros tempos verbais feitas, conforme atestado por Gonçalves (op. Cit.), atentar-se-á para a maneira como o livro didático aborda o pretérito do modo indicativo.

Será analisada a coleção de livros didáticos *Perspectiva Língua Portuguesa*, voltada para o Ensino Fundamental<sup>1</sup>, sugerida pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>2</sup>, visando à explicitação do modo como os verbos são abordados a fim de verificar se há contextualização no ensino da gramática, pois os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 2006) orientam justamente para uma formação próxima à realidade, para que o estudante seja visto como um cidadão que atuará em sociedade.

---

<sup>1</sup> DISCINI, Norma; TEIXEIRA, Lúcia. **Perspectiva língua portuguesa**, 6. 2ed, São Paulo: Editora do Brasil, 2012.

<sup>2</sup> Este programa tem como objetivo auxiliar no trabalho do professor, por meio da distribuição gratuita de livros didáticos aos alunos da educação básica.

## 1.1. A LÍNGUA EM CONSTANTE MUDANÇA

A língua sofre modificações constantes pelos falantes, pois estes a usam para que suas necessidades de comunicação e expressão sejam supridas. Como o principal meio de comunicação do ser humano, a língua é constantemente atualizada em relação às mudanças socioculturais. Como afirma Othero (2004),

“[...] novas formas sintáticas serão criadas, ou antigas serão modificadas; haverá criações de neologismos e formação de palavras inéditas, empréstimos linguísticos etc. Dessa forma, o idioma estará se adaptando o melhor possível à sua comunidade linguística e, principalmente, estará atendendo às exigências de seus falantes.” (OTHERO, 2004, p.6)

Como ilustração dessa mudança, temos os estudos de Gonçalves, que, em pesquisa composta por entrevistas com vários tipos de informantes, desde “usuários da norma culta” até semi-alfabetizados, constatou a ausência do uso da forma simples do pretérito mais-que-perfeito na modalidade oral. Gonçalves (op. Cit.) chegou à conclusão de que

(...) não só a forma simples do mais-que-perfeito se encontra em vias de extinção no português falado no Brasil, como na escrita seu uso está condicionado ao grau de estabilidade do texto. Textos que têm grande compromisso com a norma culta se caracterizam por um certo distanciamento da língua falada. (GONÇALVES, op. Cit., p.141)

Quanto ao ensino formal do pretérito mais-que-perfeito, Amaral (2010) aborda a falta de conhecimento que os alunos apresentam das funções desse tempo/modo/aspecto verbal nos textos.

Segundo Suely Amaral (op. Cit., p. 56), estudantes do 6º ano (5ª série) do Ensino Fundamental dominam o uso dos pretéritos perfeito e imperfeito do modo indicativo na linguagem oral, falam e escrevem sobre fatos que já ocorreram sem dificuldades, mas “o problema está na sistematização desses conteúdos e na compreensão de quando, por que e para que usar um ou outro na escrita”.

Diante do fato da evolução da língua, que resulta na gradativa extinção do pretérito mais-que-perfeito, e da dificuldade dos alunos em compreendê-lo e diferenciar os demais tempos do pretérito do modo indicativo, pretende-se, no presente trabalho, verificar a maneira como o livro didático aborda o tempo verbal pretérito do modo indicativo, pois estudos linguísticos defendem que o ensino formal da gramática esteja em sintonia com os usos dos falantes.

## 1.2. NORMA E ENSINO

Sabe-se que a norma padrão está ligada diretamente à escola, e o acesso à aprendizagem dessa ocorre de maneira desigual, seja pela pouca iniciativa de tornar o ensino da gramática normativa contextualizado com os usos dos falantes, seja por rejeitar as variantes linguísticas desprestigiadas, o que torna o ensino da gramática distante dos alunos de classes sociais mais baixa. A esse respeito Bagno (2003) pondera:

A norma padrão está estreitamente ligada à escola, ao ensino formal, e como no Brasil o acesso à educação é mais um elemento que contribui para a nossa triste posição de campeões da desigualdade social, é fácil imaginar que a norma padrão tradicional tem poder de influência praticamente nulo sobre os falantes das variedades mais estigmatizadas. (BAGNO, op. Cit., p.81)

É fato que a criança chega à escola já tendo assimilado a gramática básica da língua materna que lhe foi transmitida pela família e pela comunidade linguística que a rodeia. Na escola, ela irá deparar com estilos diferentes que sua língua pode lhe oferecer e irá aprender a decodificar os sinais gráficos da língua. Neste caso, o papel da escola será corrigir e/ou modificar o dialeto aprendido para lhe impor um padrão, e o professor de língua portuguesa, logicamente, não ensinará a gramática no sentido linguístico que remonta ao conjunto de regras internalizadas pelo sujeito já nos primeiros anos da fase de aquisição da linguagem oral, mas, antes, deverá trabalhar com situações linguísticas diferenciadas para que o aluno estenda o conhecimento de sua língua. Porém, segundo Silva (2004), o que acontece na maioria das escolas brasileiras é que essas “situações diferenciadas” se referem à variedade escrita, pois, muitas vezes, o ensino da língua portuguesa se restringe a exercícios mecânicos de regras gramaticais e leitura de textos desinteressantes que não contribuem para incrementar as produções escritas dos alunos.

Nessa mesma relação entre ensino de gramática e variedades linguísticas, Bortoni-Ricardo (2006) afirma que, ao chegarem à escola com sua variedade popular, os alunos são desrespeitados quanto aos seus antecedentes culturais e linguísticos. Dessa forma, o educando fica inseguro ao falar e, ao mesmo tempo, não aprende a língua-padrão porque ela não lhe é ensinada de maneira eficiente.

Já Castilho (2004) diferencia duas visões extremas atuantes no ensino: de um lado, a concepção de língua escrita como padrão e, de outro, uma visão simplista de alguns procedimentos didáticos com a ideia de que “tudo se comunica”. Com efeito, o crescimento



desordenado das escolas não foi acompanhado por uma atualização os métodos e materiais didáticos para atender a esse novo público, o da classe social baixa, ou da sociedade heterogênea. Segundo Faria (1976, apud CASTILHO, op. Cit.), os livros didáticos ainda “veiculam valores da nossa cultura acadêmica tradicional de classe média culta”.

Silva (op. Cit.) propõe que o adequado seria sensibilizar o aluno para a variabilidade linguística, desmistificando, assim, a visão conteudística da língua portuguesa em favor de atividades que contemplem a reflexão da linguagem, dando ao aluno uma visão ampla da língua para que preconceitos linguísticos sejam abolidos.

### **1.3. A GRAMÁTICA ENSINADA NA ESCOLA**

Muito se tem discutido sobre o ensino da gramática nas escolas, mas os planejamentos educacionais das escolas parecem não estar conectados com os estudos linguísticos. É lento o aproveitamento desses estudos pelas instituições escolares.

Segundo Silva (op. Cit.), o Estado oferece poucas oportunidades para os docentes se aprimorem no ensino da língua materna, pelo viés da Linguística. A autora percebe que os conhecimentos linguísticos produzidos nos centros acadêmicos têm sido distribuídos sob dois pontos de vista: o da política social e o da atuação dos linguistas.

No que tange à escola pública, os estudos linguísticos pouco a beneficiam. Além disso, apresenta altos índices de evasão e analfabetismo, ao contrário das escolas particulares. Sob o ponto de vista da “atuação dos linguistas”, a autora aponta para o distanciamento entre linguistas e pedagogos e a dificuldade de levar os resultados das pesquisas até lugares especializados de ensino. O que é preocupante nesse quadro é que, sem a melhoria do ensino público, nunca se chegará a uma sociedade mais igualitária, justa e sem violência.

Silva (op. Cit.) salienta que muitos linguistas e professores estão interessados em analisar a educação popular no Brasil para amenizar crises e problemas do ensino da língua materna. Porém, sabe-se que a educação brasileira de massa começou tarde, na segunda metade do século XX, e, em pouco tempo, o número de alunos foi aumentando em comparação com os recursos da União e de docentes preparados, o que gerou uma rede escolar brasileira diversificada nos problemas e na clientela.

Em uma outra realidade do cenário brasileiro, alunos de classe média e alta frequentam escolas equipadas, com professores bem preparados, além de trazerem de casa o padrão linguístico mais próximo daquele ensinado na escola; sendo assim, esses alunos

são mais facilmente alfabetizados e, geralmente, adquirem preconceitos em relação a qualquer variedade linguística que não seja a ensinada pela escola.

Os alunos urbanos provenientes de uma classe social de baixo poder aquisitivo, por sua vez, frequentam uma escola mal equipada, e, muitas vezes, não possuem incentivo para estudar e apresentam uma variante linguística muito diferente da ensinada na escola.

Já os alunos do campo, muitas vezes, andam quilômetros para chegar à escola, e só a frequentam se os pais o permitem, pois, mesmo com pouca idade, por vezes ajudam no trabalho para aumentar a renda familiar. Silva (op. Cit.) expõe que a evasão escolar desses alunos matriculados na primeira série do Ensino Fundamental ultrapassa 50%.

Observa-se então que o aluno brasileiro vive uma realidade de diversidade, de desigualdade de contextos e oportunidades. O aluno de classe média tem por herança a norma culta aprendida em casa, além de vir de uma classe social que abomina a baixa escolaridade, enquanto o aluno de classe social baixa ou do campo frequenta uma escola precária e muitas vezes precisa abandoná-la para ajudar no sustento de sua casa.

Diante dos problemas sociais e estruturais que o sistema escolar brasileiro enfrenta, discute-se a amenização dos preconceitos e estigmas linguísticos que muitos alunos sofrem especialmente nas aulas de língua portuguesa, saindo da escola com o pensamento errôneo de que há um “falar correto”, que exclui toda a diversidade constitutiva da própria linguagem humana.

Com efeito, sabe-se que na escola o ensino da língua portuguesa advém da gramática normativa, que, conforme dito por Bagno (op. Cit.), “está longe de refletir o padrão nacional falado, e mantém divergências em relação ao uso brasileiro escrito”.

Tais constatações levam à conclusão de que o trabalho na escola deve dialogar com os estudos que os linguistas vêm desenvolvendo, para que haja outros parâmetros, atualizados, sobre o modo como os falantes se utilizam da língua.

Segundo Silva (op. Cit.), cabe à Linguística dar a atualização de que a escola necessita através da construção de uma nova gramática pedagógica que distinga as situações em que são obrigatórios certos usos de outras nas quais não o são, além de diferenciar o uso oral, aceito pelos falantes nativos, dos usos particulares a situações escritas.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Quanto ao ensino da gramática, Noadia (2010) aponta que este deve ser feito pela vertente da Análise Linguística (doravante, AL), a qual indica que, na leitura, o aluno deve ser levado a refletir sobre os recursos linguísticos e, com a mediação do professor, possa aprender a utilizar esses recursos no momento de escrever. No entanto, a autora revela que, embora a AL tenha alcançado reconhecimento nacional, ainda não se constitui como uma tendência no ensino da língua portuguesa, pois tal abordagem gera inquietude entre os professores de português que apresentam dificuldade ou até falta de capacitação para assumir o novo comportamento.

Com efeito, percebe-se nos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa (PCNLP), mais especificamente em seus objetivos para o ensino da nossa língua, que é primordial o aprimoramento da capacidade de compreensão e expressão dos alunos em situações de comunicação que contemplem a linguagem oral e escrita. Tal aperfeiçoamento se faz por meio da reflexão do aluno sobre a língua, na produção de texto e nas práticas de leitura.

Além disso, no PCNLP, ressalta-se que saber os aspectos gramaticais não quer dizer que o aluno é capaz de usá-los e empregá-los bem no dia a dia, reforçando-se o uso das produções de texto como uma boa prática de reflexão sobre a língua:

Saber o que é substantivo, adjetivo, verbo, artigo, preposição, sujeito, predicado etc. não significa ser capaz de construir bons textos, empregando bem esses conhecimentos [...] Isso porque os aspectos gramaticais — e outros discursivos como a pontuação — devem ser selecionados a partir das produções escritas dos alunos. (BRASIL, 1997, p.60)

O PCNLP também reconhece que a gramática normalmente é ensinada na escola de maneira mecânica, sem priorizar os reais usos, e, para torná-la contextualizada, o documento propõe que seu ensino seja feito por meio de leitura e produção de textos; dessa forma, os exercícios didáticos deveriam contemplar atividades epilinguísticas<sup>3</sup>, o que, posteriormente, permitiria a introdução de elementos de natureza metalinguística, que seriam a descrição e sistematização dos elementos linguísticos.

---

<sup>3</sup> Atividades que visam a uma “reflexão voltada para o uso, no próprio interior da atividade linguística em que se realiza” (Brasil, 1997, p.53).

Tal afirmação feita pelo PCNLP condiz com as teorias da AL abordadas por Noadia:

Na perspectiva da AL, as atividades escolares devem partir do uso efetivo da língua, entendido aqui como o exercício pleno, circunstanciado e com intenções significativas da própria linguagem, para a reflexão epilinguística e desta para a metalinguística, para, depois, tornar ao uso. Assim, dizemos que a AL configura-se como uma prática de ensino que tem o uso da linguagem como seu ponto de partida e de chegada. (NOADIA, op. Cit., p.955)

No entanto, Mendonça (2006, apud NOADIA, op. Cit.) afirma que conhecer a nomenclatura gramatical cumpre funções importantes no ensino, como fazer o aluno saber verbalizar seu conhecimento linguístico e analisar a ocorrência de fenômenos.

Com relação ao uso do livro didático pelas instituições de ensino, apoiamo-nos no trabalho de Ota (2009), que faz uma reflexão sobre o livro didático no Brasil. A autora menciona que o livro didático assumiu um papel importante na sala de aula depois da expansão da educação brasileira, o que trouxe como consequência uma grande demanda de alunos de classes sociais baixas numa escola com pouca estrutura, gerando a contratação de muitos professores cuja formação profissional era rápida e deficiente, o que gerou defasagem em suas formações acadêmicas, além de provocar uma desvalorização gradativa do trabalho docente, trazendo consigo baixos salários e o acúmulo de aulas.

O livro didático, então, conforme pontua Ota (op. Cit.), ao ser implantado, acaba por assumir papel crucial para suprir as deficiências do ensino que se expandiu sem estruturas:

E, como há uma deficiência muito grande nas políticas de formação continuada, o LD acaba funcionando, muitas vezes, como mecanismo de atualização profissional ainda que não seja essa sua função. Assim, um instrumento que deveria ser visto de forma crítica acaba por orientar o trabalho docente. (OTA, op. Cit., p.214)

Nunes (2001), ao fazer um levantamento com quinze coleções de livros didáticos do PNLD/99, constatou que, em treze delas, os autores deram um maior enfoque à conceituação do verbo, e esta foi feita de maneira bem superficial, o que levou a autora a concluir que tais autores acreditam que o aluno, ao saber o conceito, saberá identificar o verbo em qualquer texto ou frase. Além disso, a autora aponta como errônea essa suposição, pois isso não leva o aluno a saber a prática ou o uso da teoria:

“... os exercícios trabalham, em sua maioria, apenas com o que preza a gramática normativa tradicional. Assim, não é interessante para esses livros questões como as diferenças quanto ao lugar e o momento de se usar “os menino chegô tarde” e “os meninos chegaram tarde”, por exemplo. Não é trabalhada a questão da diferença de registro nem as variações entre norma coloquial e norma padrão.” (NUNES, op. Cit., p.49)

Além disso, Nunes (op. Cit., p. 54) aponta que “os livros didáticos não se preocupam com o fato de veicular conceitos reduzidos, confusos ou inadequados para seu público”, concluindo que a má definição se faz pela falta de estudos linguísticos na área.

Dessa forma, a autora, em sua análise sobre a maneira como os verbos são abordados no livro didático, elucida que o trabalho com o verbo no Ensino Fundamental tem sido reducionista e “sem qualquer atenção ao uso social e significativo das formas verbais e categorias do verbo” (NUNES, op. Cit., p.106).

Em relação ao tópico gramatical escolhido – pretérito do modo indicativo –, lançamos um breve olhar sobre a gramática do português brasileiro, especificamente sobre o olhar dos estudiosos Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1989) e Mário Alberto Perini (2010) sobre o tópico em questão.

Em relação ao pretérito imperfeito, Câmara Jr. (op. Cit.) afirma que o tempo verbal pretérito imperfeito apresenta aspecto inconcluso e tem emprego metafórico para indicar a irrealidade, por isso é muito comum nas crônicas. Já o tempo verbal pretérito perfeito indica um aspecto conclusivo.

Perini (2010, p.230), cotejando os aspectos perfeito e imperfeito, enfatiza o caráter de evento acabado [1], que o perfeito denota, e de evento inacabado [2], veiculado pelo imperfeito, e exemplifica:

[1] *Foi* um erro vender a casa

[2] *Era* um erro vender a casa

A diferença entre os enunciados se evidencia em que o aspecto perfeito presente em [1] deixa claro que a casa foi vendida, já [2] apenas afirma que seria um erro vender a casa, sem esclarecer se ela foi vendida ou não.

Outro par de oposições exposto pelo autor entre perfeito e imperfeito é que em [3] tende-se a exprimir eventos contínuos e em [4] eventos descontínuos. Portanto, pode-se dizer:

[3] Ele *foi* rico duas vezes na vida.

Mas não:

[4] Ele *era* rico duas vezes na vida.

Esta constatação deve-se ao sintagma *duas vezes na vida*, pois representa o fato de ele ser rico de forma seccionando, como em episódios discretos, descontínuos.

Perini (op. Cit.) expõe que o pretérito imperfeito pode estabelecer um cenário para outra afirmação que vem do perfeito, como na frase “Renato *era* muito bonito quando nós *casamos*”. Neste caso, o imperfeito *era muito bonito* descreve um cenário temporal no qual se inclui o perfeito *casamos*. Isso se torna possível justamente pelo fato de que o imperfeito é temporalmente ilimitado, enquanto o perfeito é limitado. Assim, o perfeito no lugar do imperfeito seria inaceitável.

Quanto ao uso do pretérito mais-que-perfeito, Câmara Jr. (op. Cit.), já nos anos 70 do século passado, apontava que sua realização era mínima na língua oral, mesmo em situações formais entre o dialeto social culto, pois:

(...) ou se emprega, em seu lugar, o pretérito perfeito, que não está formalmente marcado, como sucede com ele; ou se substitui por uma locução de particípio com o verbo auxiliar *ter* no pretérito imperfeito (*tinha cantado* em vez de – *cantara*). (CAMARA Jr., op. Cit., p.100)

Para Perini (op. Cit.), na construção do mais-que-perfeito, os falantes usam a forma do verbo *ter* no imperfeito + particípio verbal, que se refere a um evento situado no passado e anterior a outro evento igualmente no passado, como em: “O candidato declarou que *tinha lido* todos os livros do programa”. “O mais-que-perfeito simples (lera, fora, fizera) é totalmente desusado no PB [Português Brasileiro] e, mesmo no padrão escrito, é muito raro hoje em dia, podendo ser considerado arcaico” (PERINI, op. Cit., p.232).

### 3. METODOLOGIA

Consoante as discussões sobre a gramática e o ensino, nosso objeto de estudo neste trabalho é a abordagem do tempo verbal pretérito do indicativo feita por um livro didático recomendado pelo PNLD. Nosso objetivo é o de fazer um breve acompanhamento da maneira como esse tópico gramatical é abordado no material didático da escola pública brasileira, a qual recebe alunos de classes sociais com baixo poder aquisitivo e cujos profissionais escolhem os livros didáticos utilizados em seus trabalhos pedagógicos de acordo com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

A escolha dos livros didáticos nesse Programa passa por etapas: primeiro o Ministério da Educação (MEC) avalia as obras, depois monta um guia do livro didático que é distribuído às escolas com resenhas dos livros considerados aprovados, para que os professores e coordenadores pedagógicos escolham qual livro se adéqua ao projeto pedagógico e qual livro é mais próximo à proposta curricular de cada Estado. O programa é executado a cada três anos.

Com exceção dos livros consumíveis (aqueles nos quais o aluno escreve as respostas no livro), os livros devem ser conservados e devolvidos à escola pelos alunos, para que outros alunos os utilizem durante o ciclo trienal. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001).

Devido ao importante papel do livro didático no cenário da escola brasileira, iremos expor a análise de um livro didático recomendado no último programa do PNLD (2014, 2015, 2016) para o Ensino Fundamental cujo título é “Perspectiva Língua Portuguesa”, de Norma Discini e Lúcia Teixeira.

A escolha dessa obra para análise deu-se devido à sua atual exposição e recomendação no PNLD vigente e ao fácil acesso da pesquisadora, que leciona a disciplina de Português em turmas do sexto ano do Ensino Fundamental II.

Trata-se de uma coleção de quatro livros didáticos (um para cada série/ano) direcionada para o Ensino Fundamental II. Após uma primeira leitura da coleção completa, observamos que o conteúdo “Pretérito do Modo Indicativo” encontrava-se exposto de forma mais detalhada no livro voltado para o sexto ano do Ensino Fundamental II, sendo este, então, o principal objeto de nossa análise.

Esse livro didático, bem como os demais da coleção, expõe de forma separada os conteúdos em *unidades*, nas quais os conteúdos são nomeados e, por sua vez, divididos da seguinte forma:

1. *Estudo do texto*: apresentação de um texto escrito e interpretação deste.
2. *Expressão escrita*: compõe-se de um estudo formal de determinado gênero textual que redundará numa produção textual.
3. *Expressão oral*: traz a conceituação de um gênero oral para a preparação e produção de tal gênero oral.
4. *Estudo da língua*: apresentação da gramática normativa.

Analogamente, na leitura do livro referido acima e na divisão do conteúdo nos quatro tópicos já mencionados, atemo-nos ao tópico 4 (DISCINI e TEIXEIRA, 2012), pois foi o que mais apresentou o conteúdo que pretendíamos estudar: o pretérito do modo indicativo.

Nossa análise constitui em buscar compreender como o conteúdo era abordado e quais eram os tipos de exercícios e textos propostos aos alunos, a fim de verificarmos como um livro didático atualmente recomendado para uso nas escolas públicas tem explorado esse conteúdo e se a forma de exposição contempla os estudos linguísticos feitos na atualidade, que apontam para a necessidade de contextualização ou proximidade da gramática da língua aprendida formalmente com a falada no cotidiano.

Passamos agora a apresentar os resultados obtidos.



#### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

No livro didático analisado, o conteúdo “Pretérito do Modo Indicativo” encontra-se nas Unidades 2 e 3, intituladas, respectivamente “Vozes do Texto” e “Tempo e Espaço”. Essas Unidades se subdividem em Lições, que por sua vez se subdividem em Subitens.

Na Unidade 2, Lição nº 04 (intitulada “Sonhos e Emoções”), há o subitem “Estudo da língua”, sob o título de “Verbos” (DISCINI e TEIXEIRA, 2012, p.130-134); nele, há excertos de teoria juntamente com exercícios. Sob o tópico de “Indicativo: presente e pretérito”, é apresentado o modo verbal pretérito com uma abordagem que julgamos dinâmica e contextualizada em relação aos usos da língua, pois apresenta uma história em quadrinhos (HQ) com uma situação de tempo presente que remete ao passado, com verbos que estão no pretérito perfeito e imperfeito do indicativo e também um exercício que traz um excerto explicando as diferenças entre os verbos, pedindo para que o aluno aponte qual é o tempo verbal. Expomos a HQ a seguir (Figura 1), juntamente com as questões dessa atividade (DISCINI e TEIXEIRA, 2012, p.135, 136):

2. Numa história do Menino Maluquinho, pai e mãe têm uma briga. O pai sai batendo a porta e a mãe chora. Alguns quadrinhos adiante, acontece esta cena:



Ziraldo. O Menino Maluquinho, nº 16. São Paulo: Globo, 2006. p. 27.

Figura 1: HQ

(Fonte: DISCINI e TEIXEIRA, 2012, p.135-136)

Abaixo expomos as questões apresentadas no livro didático analisado referentes à história em quadrinhos acima.

1- Releia as falas: “Eu também não tinha razão...” e “Eu perdi a cabeça!”.

a-)Ambas referem-se à briga ocorrida em que tempo: presente, passado ou futuro?

b-) Há uma diferença entre os dois tempos passados: “um dos verbos indica uma ação continuada no passado, uma ação que teve a duração de toda a briga;” e “o outro verbo indica uma ação começada e terminada no tempo passado da briga”. Indique em cada fala,

o verbo que corresponde a cada uma dessas características. (DISCINI e TEIXEIRA, 2012, p.136).

Consideramos este um bom exercício de cunho gramatical, pois articula o sentido do texto à explicação do tempo verbal, o que visa deixar claro para o aluno o que significa o tempo verbal pretérito, em contraposição com os outros tempos, além de o exercício ser interessante e contextualizado fazendo com que o aluno entenda o tópico gramatical.

Nas teorias sobre o ensino da norma culta, Travaglia (1996, apud NUNES, 2001), focaliza que devem-se contemplar os quatro tipos de gramática: de uso, reflexão, teórica e normativa.

Ao analisarmos o exercício da HQ, deparamos com um exercício de gramática reflexiva; por isso, tal atividade se mostrou eficiente, pois na história apresentada é exposta certa reflexão sobre a linguagem, que o material didático supõe que o educando já domina, como os verbos e o conceito de tempo (passado, presente, futuro) juntamente com recursos linguísticos que ele, supostamente, ainda não domina e, portanto, irá adquiri-los, como compreender e saber identificar os diferentes tipos de passados, no caso citado, pretérito perfeito e imperfeito.

Observamos ainda que, com o objetivo de haver uma maior compreensão do aluno quanto ao aspecto verbal, na HQ apresentada, a ocorrência da briga entre o pai e a mãe do Maluquinho contempla nos verbos que exprimem passado uma ideia de processo, duração e desenvolvimento da situação; portanto, podemos observar que a ação do pai foi pontual na linha do tempo e o verbo “perdi”, no pretérito perfeito, marcou esse ato começado e acabado. Já a ação da mãe com o verbo “tinha”, no pretérito imperfeito, exprimiu algo inacabado que durou continuamente na linha do tempo. Dessa forma, na condição de pretérito imperfeito, a ação da mãe foi mais duradoura, acompanhou toda a briga, pois enquanto a mãe brigava sem razão, o pai, na condição de pretérito perfeito, perdeu a cabeça e saiu, e a ação da mãe, então, durou todo o tempo das atuações do pai.

No entanto, apoiados nas teorias de Travaglia, também consideramos interessantes as atividades gramaticais relacionadas com textos que contemplem as várias esferas de comunicação, pois utilizá-las nos livros didáticos seria uma maneira de torná-los uma ferramenta eficaz na aprendizagem da gramática.

Na Unidade 3, Lição nº 06 (intitulada “Diferenças”, há o subtítulo “Estudo da Língua” sob o título “Verbo (continuação)” (DISCINI e TEIXEIRA, 2012, p.222-224). Nele é exposto um breve resumo, com uma explicação muito sucinta dos tempos verbais.

Esse contempla a famosa “decoreba” de verbos, pois aborda os tempos verbais e suas desinências objetivando que o aluno decore os verbos. Os Tempos Verbais são expostos com exemplos de verbos já conjugados de acordo com as desinências correspondentes, por exemplo: “pretérito perfeito do indicativo (amei, vendi, parti)” (DISCINI e TEIXEIRA, op. Cit., p.222-223).

Os exercícios apresentados após o referido resumo se reduzem à análise de frases que foram retiradas do texto intitulado “Nós e outros”, de Maria A. Bento. Este texto foi usado como instrumento para que os alunos identificassem sequências de gêneros textuais, advérbio e marco temporal e, posteriormente, são expostas no livro frases retiradas do mesmo texto com a proposta de identificação do tempo verbal “pretérito perfeito”. No entanto, não se observa nessa atividade muita conexão entre o texto e o conteúdo que se quer ensinar; o que se observa é uma frase retirada aleatoriamente para que apenas se identifique o tempo verbal. Além disso, diferentemente da HQ mostrada acima, em que o próprio texto mostrava uma situação entre passados, neste texto não foi observada tal articulação entre as frases e o texto.

De maneira análoga, são tratados no livro didático os exercícios sobre o pretérito mais-que-perfeito, pois, do mesmo texto, foi retirada uma frase que continha um verbo no pretérito mais-que-perfeito em sua forma composta e, a partir dela, relacionou-se a teoria com um exercício gramatical, apresentado a seguir (DISCINI e TEIXEIRA, 2012, p.224):

1. Observe a expressão destacada:

*Certo dia, Narciso viu sua imagem refletida no lago.*

*Como não conhecia o espelho, o menino nunca havia olhado para si próprio.*

a-) o tempo verbal destacado relaciona-se com o ato de ver a própria imagem refletida no

lago. Para isso, exprime um fato:

( ) anterior ao ato de ver;

( ) que acompanha o ato de ver (simultâneo a ele); ( )

posterior ao ato de ver.

b-) No tempo verbal destacado, temos: ( )

apenas um verbo (tempo simples);

( ) um verbo auxiliar e o principal (tempo composto).

Há apenas um exercício que contemplou a forma simples do pretérito mais-que-perfeito, relacionando-a com expressões adverbiais. A atividade gramatical demanda que o aluno identifique, nas expressões adverbiais, um momento anterior a um fato passado; depois de apresentar a frase *“Foi assim que Narciso sumiu no lago à procura daquela pessoa por quem se apaixonara”*, o aluno deve reescrevê-la, utilizando as expressões adverbiais.

Pudemos observar que as atividades sobre o pretérito mais-que-perfeito não foram contextualizadas, pois apenas foram usadas frases fora de contexto para que o aluno compreendesse esse tópico gramatical ou o identificasse. É preocupante que tais atividades não partam de uma situação concreta, o que torna os usos do tempo verbal pretérito mais-que-perfeito mais distantes do cotidiano.

Na mesma página do livro didático, aparece uma “box” (Figura 2) sobre o pretérito mais-que-perfeito, na qual a conceituação é dada de maneira bem resumida, pois apenas aponta as desinências do tempo verbal e sua forma comumente usada, a forma composta (DISCINI e TEIXEIRA, op. Cit., p.224):

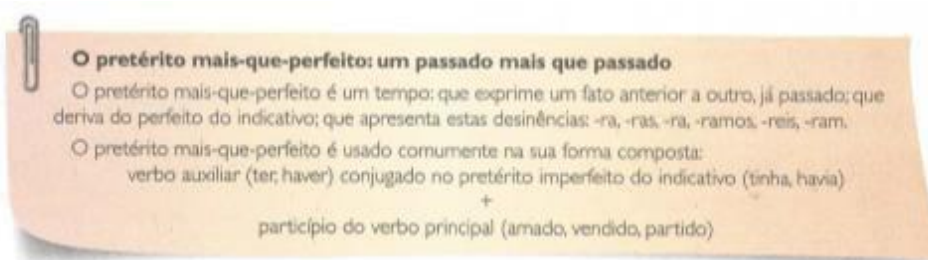


Figura 2: Box sobre Conceituação do pretérito mais-que-perfeito  
(Fonte: DISCINI e TEIXEIRA, op. Cit., p.224)

O conteúdo é finalizado e sugere-se que os alunos pesquisem em compêndios de gramática a conjugação de verbos. Tal sugestão parece incabível nesse momento, diante de tantas discussões dos linguistas no apoio a um ensino formal da língua que seja reflexivo, contemplando a mudança linguística. Seria então mais importante apresentar uma “box” que abordasse a variação linguística, explicando o caráter vivo, dinâmico da língua e a sua relação com os usuários, diferentemente do exposto na Figura 2.

Observamos que os exercícios expostos nessa etapa se reduzem a atividades mecânicas sobre regras gramaticais, que, embora apresentem palavras ou frases de um texto, propõem uma análise fora do contexto dos usos dos falantes e contempla um ensino gramatical sem reflexão, além de incentivar os alunos a simplesmente decorar os verbos.

Pudemos notar que os exercícios relacionados ao pretérito mais-que-perfeito estavam mais voltados aos moldes dos compêndios gramaticais. Travaglia (1996, apud NUNES, 2001) afirma que a gramática normativa deve ser ensinada na escola, pois a variedade padrão tem um importante papel nas esferas sociais; porém, os professores devem ser cautelosos com o material didático que utilizam e com a maneira como apresentam tais conteúdos para os alunos, para que esses não adquiram comportamentos inaceitáveis, como o preconceito linguístico em relação às demais variantes linguísticas.

Em síntese, pudemos notar que, no livro didático analisado, o conteúdo “pretérito do modo indicativo” se inicia de maneira contextualizada e dinâmica, porém, no decorrer das atividades, o conteúdo passa a ser introduzido de forma mecânica e descontextualizada dos reais usos dos falantes, fugindo às sugestões de linguistas, como Silva (op. Cit.), que sugerem que, no ensino da gramática, a escola deve promover atividades que contemplem a reflexão da linguagem. Com relação ao ensino do pretérito mais-que-perfeito, este é pouco abordado no material didático analisado, em comparação com os demais pretéritos, o que confirma as conclusões de Gonçalves (op. Cit.), cuja pesquisa aponta que o pretérito mais-que-perfeito em sua forma simples encontra-se em vias de extinção na modalidade oral e, na forma escrita, aparece apenas em textos ditos “cultos”, por estarem distantes dos usos habituais dos falantes. Percebe-se que a atenção que o livro didático analisado deu ao pretérito mais-que-perfeito, como visto na Figura 2 e nos exercícios exposto neste trabalho, expressa e contribui para tal desuso dos falantes, sem a proposição de questões de variações linguísticas sobre o assunto.

É surpreendente que um livro didático recentemente recomendado pelo PNLD apresente problemas na exposição de determinados conteúdos gramaticais, o que contrasta com os recentes estudos linguísticos na área de gramática, que orientam no sentido de se criarem atividades didáticas a fim de gerar uma reflexão sobre a língua, suas variantes e seus usos, e com as próprias orientações do MEC nos PCNs.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se analisar um dos instrumentos didáticos utilizados por docentes da escola pública: o livro didático. A fim de percebermos como a gramática normativa é ensinada na escola, analisamos como os verbos do pretérito do modo indicativo são expostos no livro didático, pois, com base no trabalho de Gonçalves (op. Cit.), o pretérito mais-que-perfeito encontra-se em declínio constante na língua falada, sendo mencionado apenas em textos escritos formais, levando-nos a suspeitar que tal conteúdo pode estar sendo abordado na escola de maneira descontextualizada com os usos dos falantes, o que contribui para tal desaparecimento, além de nos fazer refletir sobre quão distantes os métodos para se ensinar gramática normativa se encontram dos reais usos da língua.

Pode-se dizer que a forma simples do pretérito mais-que-perfeito é pouco empregada na linguagem oral e aparece apenas em textos ditos “cultos” na linguagem escrita. Porém, seu aspecto, uso, ou intenção de expor uma ação pretérita concluída antes de outra ação do passado ter-se iniciado, ou denotar um fato vago no passado ou uma atenuação, evidenciando o seu valor modal, por exemplo, ainda está presente na comunicação dos usuários do português brasileiro.

Pretendeu-se expor neste trabalho que, embora a forma verbal simples do mais-que-perfeito seja pouco usada na forma escrita ou oral, seu aspecto ainda é empregado; portanto, tal tópico gramatical, juntamente com sua variação, deve ser ensinado de maneira contextualizada, em situações do cotidiano, para que o educando saiba diferenciá-lo, nomeá-lo e, sobretudo, saiba quando usar uma e outra forma. Não há uma priorização da norma culta nesta abordagem proposta, mas a percepção de que o ensino se faça sem preconceitos linguísticos, de forma eficiente e igualitária para que os cidadãos tenham a opção de escolher qual variante linguística usar diante das situações que desejam expressar.

Em nossas análises, verificamos que as abordagens gramaticais expostas no livro analisado (atualmente recomendado pelo PNLD), mais especificamente abordagens sobre o tempo verbal pretérito do modo indicativo, poucas vezes se apresentam diferentes das gramáticas normativas, e que somente alguns exercícios se mostram articulados a um contexto e à regra que se quer ensinar, o que poderia servir para uma maior compreensão dos alunos, pois a língua portuguesa seria compreendida de maneira natural. Assim como uma família ensina a língua materna a uma criança, de forma natural e contextualizada com o que se fala, a escola poderia olhar de forma diferenciada essa variedade aprendida, valorizando-a, ao mesmo tempo em que ensinaria a

variante de prestígio de maneira contextualizada, natural, expondo ao aluno que ele não está aprendendo outra língua, mas uma variante da norma utilizada em sua família e comunidade.

Percebemos que os estudos linguísticos têm ajudado a mudar o ensino da língua, seja por bibliografias apresentadas em documentos oficiais de educação e em livros didáticos, seja por abordagens didáticas sobre os diferentes falares das regiões brasileiras e situações de linguagem formal e informal, mas, embaralhadas a isto, há concepções que apontam a gramática normativa como a norma “mais correta” da língua, além de observarmos em livros didáticos exercícios de ensino sobre a gramática que se reduzem a reproduzir e decorar regras gramaticais. Isso mostra o quão árduo é o trabalho para se divulgar os estudos linguísticos e, assim, mudar a concepção das pessoas sobre as variedades linguísticas e sua importância didática.

Contudo, mesmo depois de tantos estudos linguísticos realizados, de recomendações feitas pelo PCNLP para que o ensino da gramática se faça de forma contextualizada, o descompasso permanece, pois ainda há livros didáticos em uso que não contemplam atividades que considerem os reais usos da língua.

Diante disso, para que possamos diminuir as defasagens geradas pela maneira como se ensina a gramática, propomos, a partir deste estudo, que os responsáveis pelo ensino da língua portuguesa realizem, junto aos alunos, exercícios gramaticais mais contextualizados, a fim de que a aprendizagem da norma culta se efetive de maneira mais natural, correspondendo ao dia a dia dos alunos, explorando, por exemplo, a partir de um texto, a apreensão do sentido a partir das regras gramaticais que se quer ensinar, por meio de exercícios dinâmicos, evidenciando, assim, o papel ativo do sujeito que interage a partir da linguagem.



## REFERÊNCIAS

- AMARAL, S. Escrever o passado. **Revista Nova Escola**, São Paulo, n. 238, dez. 2010.
- BAGNO, M. Norma linguística e preconceito social: uma questão de terminologia. **Veredas**, revista de estudos linguísticos. Juiz de Fora, v. 5, 2003.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemu na escola, e agora? - Sociolinguística e Educação**. São Paulo: Parábola Editorial. 2005.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília. 1997.
- BRASIL. **PCNEM+ Língua Portuguesa. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. 2006.
- CAMARA JR., J. M. **Estruturada língua portuguesa**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- CASTILHO, A.T. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da Norma**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004. p. 27-35.
- DISCINI, Norma; TEIXEIRA, Lucia. **Perspectiva língua portuguesa**. 62 ed, São Paulo: Editora do Brasil, 2012.
- GONÇALVES, C. A. V. Falara-se mais-que-perfeito: estudo presente do tempo passado. **Revista Alfa: Linguística e ensino de língua**. São Paulo, v. 37, 1993. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa nacional do livro didático**. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso: 20 mai. 2015.
- NOADIA, I. S. Ensino tradicional de gramática ou prática de análise linguística: uma questão de (con)tradição nas aulas de português. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 10, n. 4, p. 949-973, 2010.
- NUNES, G. P. **O Ensino de gramática nas escolas de ensino fundamental: a questão do verbo**. 2001. 113f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de mestrado em linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.2001.
- OTA, I. A. S. O livro didático de língua portuguesa no Brasil. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 211-221, 2009.
- OTHERO, G. A. Sobre a evolução linguística. **Revista Letra Magna: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura** Ano 01- n.01. 2004.
- PERINI, M. A. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- SILVA, M. B. A escola, a gramática e a norma. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da Norma**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 253-265.

## **Context of the Grammar Classroom:**

### Textbook analysis

*Abstract –This article examines how exposed the contents "in the past tense verb tense" in a textbook back to the 6th grade of elementary school. What motivated the choice of this theme was the finding that, in the formal education of grammar of Portuguese as a mother tongue, there's still a disregard of the language while multifaceted reality, spoken by subject of varied social classes. Especially in the context of public school students who come from economically and discredited social classes don't have their linguistic variety and its cultural assets valued in schools. In order to contribute to the improvement of teaching materials and theoretical linguistic vision on the normative grammar teaching in schools (cf. SILVA, 2004, BORTONI- RICARDO, 2005), the analyses showed that the presentation of the content in question in the material analyzed appears mechanical way and disjointed with the uses of the speakers, which reduces the formal teaching of grammar to mere reproductions of grammar textbooks.*

**Keywords:** *Teaching of Grammar, Textbook analysis, Indicative Past*